

PROCESSO DEMOCRÁTICO NA VENEZUELA E AS TENTATIVAS DE VIOLAÇÃO DE SUA SOBERANIA

MARCOS JESUS SANTANNA¹

Resumo: As décadas entre 1960 e 1970 se caracterizaram por grande crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), mas nos anos 1980 e 1990 a crise dos países latinos e a oscilação do preço do barril de petróleo culminou em desemprego, inflação e aumento da desigualdade social. A eleição de Hugo Chávez ocorreu em 1998 após um período de grande revolta popular que questionava as ações neoliberais dos governos anteriores que acentuavam a desigualdade social. O alinhamento da Colômbia com os Estados Unidos criou uma estratégia de ocupação do território colombiano pelo exército estadunidense num plano para proteger a região andina do avanço da esquerda. O Plano Colômbia se deu para ameaçar a soberania do estado venezuelano, articulando tentativas de golpes de estado e produzindo artimanhas para desestabilizar os governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro.

Palavras-chave: Venezuela; Processo Democrático; Soberania; Golpes; Estados Unidos.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo pretende elucidar as fases de democratização da República Bolivariana da Venezuela que resultaram em violações de tratados e acordos internacionais que tratam da soberania e do direito de autodefesa dos Estados. A conjuntura político-econômica atual se explica pelo processo que ocorreu desde o fim da ditadura nos anos 1950 e a criação do acordo de cunho liberal que consolidou a democracia no país durante décadas, sendo assim, serão expostas as fases da guinada da economia venezuelana, acompanhando o crescimento econômico que viveu grande parte da América Latina entre os anos 1960 e 1970 e a derrocada da economia quase que exclusivamente petroleira, por conta das oscilações do preço do barril do petróleo. Será analisada, além disso, a conjuntura que fez com que a população venezuelana elegeisse democraticamente um presidente de esquerda. Este artigo se justifica pela possibilidade iminente de golpe de estado que vive a Venezuela. Um possível êxito na guinada à esquerda de Hugo Chávez e seus aliados obrigou os Estados Unidos e a Europa a imporem sanções econômicas e tentativas sequenciais de violação da soberania popular e territorial do país.

¹ Graduado em Relações Internacionais no ano de 2022 pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Osasco, SP, Brasil.

2. PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO E CRISE DO CAPITALISMO NA VENEZUELA

Após o fim da ditadura de Marco Pérez Jiménez (1950-1958), a Venezuela viveu um período democrático com a eleição de Rómulo Betancourt e que levou a uma união entre os partidos para um acordo pela democracia, já que o regime ditatorial havia obrigado muitos dos políticos dessas legendas ao exílio durante anos. Estava entendido naquele momento que apenas um acordo nacional levaria a uma estabilidade política ao país, no entanto, esse acordo se deu com a exclusão do Partido Comunista, já que se tratava de um pacto de cunho liberal e com interesses estadunidenses na economia do país, mais especificamente no petróleo. Este acordo denominado de Pacto de Punto Fijo, instituído em 1958, perdurou até 1998 com a eleição de Hugo Chávez.

En enero de 1958, el Pacto de Punto Fijo, firmado entre los representantes de los más importantes partidos políticos de Venezuela, sentó las bases para el más prolongado período de gobiernos civiles y de elección popular en la historia contemporánea de ese país (RIVERA, 2005, p. 255)

Entre as décadas de 1960 e 1970, o país viveu um período de grande crescimento econômico, mas assim como grande parte dos países da América Latina houve muita oscilação quanto à inflação, desemprego e desvalorização da moeda, além da desigualdade social que assolava o país e cresceu ainda mais na década de 1980.

Muito por conta da entrada do país na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1960, a Venezuela se viu obrigada a adotar um modelo protecionista, que levou a um investimento em moradia, saúde e educação, mas que não surtiu efeito significativo na distribuição de renda do país, por conta do modelo político liberal que a Venezuela adotava. Curiosamente, nesse período, o país foi um centro imigratório, recebendo imigrantes da Colômbia, América Central, Equador e até de países da Europa, como a Espanha e Portugal.

Pode-se afirmar que a economia venezuelana voltada ao petróleo levou a uma dependência acentuada dessa indústria, por isso, sujeitava-se à oscilação do preço do barril e ciclos de crises constantes. De fato, o petróleo gerou muitos lucros à Venezuela, o que fez do país o maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita da América Latina: “*Hacia 1960, el PIB per cápita de Venezuela era el más alto de América Latina; en 1988 llegó a los US\$ 4,544*”. (BATALLA, 2004, p. 3). Mas não houve o estabelecimento de um planejamento econômico ao país, sendo assim, houve um atraso na industrialização muito por conta da capacidade de importação devido à valorização de sua moeda.

O petróleo foi responsável, ainda, pelo atraso no processo de industrialização da Venezuela em comparação com os demais países sul-americanos. Isso porque a inserção internacional da Venezuela, mediada pelo petróleo, manteve um nível elevado de receitas para financiar as demandas crescentes por importações. (MOREIRA, 2018, p. 45)

Não havia uma estratégia desenvolvimentista, já que a maior fonte de capitais para o país girava em torno do petróleo. Não houve um processo de industrialização maciça e isso se reflete

atualmente, uma vez que a ausência das indústrias gera uma dependência do setor comercial, mas como o setor manufatureiro se encontra escasso no país, grande parte da população se vê obrigada a comercializar produtos de baixo valor, como alimentos, roupas e calçados. Para se ter uma ideia, até a agricultura foi afetada, passando a ser responsável por apenas 6% do PIB em 1999.

Otro resultado de la expansión de la economía petrolera fue la pérdida de importancia de la agricultura que pasó de una participación del 50% en el PIB en 1960 a una del 6% en 1999. En consecuencia, Venezuela se transformó en el único país latinoamericano importador de alimentos. (BATALLA, 2004, p. 4)

A partir de 1958 até os anos 1990, dois partidos se revezaram no poder pelo acordo do Punto Fijo, tratava-se da Acción Democrática (AD) e o Comité de Organización Política Electoral Independiente (Copei). No entanto, com a crise que assolou grande parte da América Latina nos anos 1980, esse acordo começou a ser questionado pelos movimentos sociais e pelos partidos de esquerda. O ponto de discussão não era a continuidade da democracia pelo voto, mas o ciclo de governos da AD e da Copei que mantinham uma inclinação à direita e era muito próxima aos interesses da Europa e dos Estados Unidos, o que culminou numa adversidade em relação aos programas sociais e distribuição de renda. Esse alinhamento aos Estados Unidos nem sempre foi automático, como no governo de Carlos Andrés Pérez (1974-1979).

Em 1988, Carlos Andrés Pérez venceu as eleições pela segunda vez e iniciou um programa neoliberal no país, que abriu espaço para reformas e concedeu autonomia ao Banco Central, o resultado foi um conjunto de protestos que acabaram em mortes e perseguições, como no ocorrido em 1989 e que ficou conhecido por “caracazo”.

Caracas fue escenario de una de las más violentas, tras el anuncio del aumento de la gasolina y el incremento de los costes del transporte público. El 27 de febrero de 1989, trabajadores y ciudadanos se manifestaron por las consecuencias derivadas de este paquete. Se inician protestas y focos espontáneos de violencia que incluían quema de basura, cauchos, obstaculización de calles y principales avenidas, saqueos de tiendas, supermercados y centros comerciales en una especie de furia colectiva. (CARRILLO, 2007, p. 247-248)

Meses depois do “caracazo” em setembro de 1989, a Venezuela entrou no Movimento dos Países Não Alinhados. Já nos anos 1990, sob influência do Consenso de Washington, Pérez instituiu uma agenda para tentar alavancar a economia do país: “Nos anos noventa, sob forte influência do Consenso de Washington, o país adotou uma agenda de abertura e liberalização da economia, cuja essência foi a desvinculação entre a estatal petroléira PDVSA e o Estado.” (CARMO, 2007, p. 76), o que aprofundou ainda mais a crise econômica e social. A situação de Pérez no governo ficou quase insustentável ao ponto de uma tentativa de golpe ter ocorrido em fevereiro de 1992 pelo tenente-coronel Hugo Chávez, apesar dessa tentativa ter fracassado, as acusações de corrupção acabaram culminando no seu afastamento do cargo pelo Congresso venezuelano em 1993.

As instituições democráticas venezuelanas oriundas do Pacto de Punto Fijo nunca mais se refariam dos efeitos desestabilizadores do Caracaço. Na seqüência, um grupo de oficiais, liderados pelo então tenente-coronel Hugo Chávez Frias, aprofundaria a crise política venezuelana, protagonizando uma tentativa de golpe em fevereiro de 1992. Encerrando o drama da tragédia democrática venezuelana do período, a instituição presidencial ficou profundamente desmoralizada quando o então presidente Carlos Andrés Pérez é afastado do governo, em 1993, sob a acusação de corrupção. (VILLA, 2005a, p. 156-157)

Em 1993, Rafael Caldera venceu as eleições após abandonar seu partido, a Copei. Caldera ingressou num novo partido político, o Convergencia, após ter conseguido apoio do Movimiento al Socialismo (MAS) e da Causa Radical (Causa R). Caldera conseguiu o prestígio de parte da esquerda por ter discursado em 1992 legitimando a tentativa de golpe de Chávez, tanto que Caldera concedeu indulto a Chávez num dos primeiros atos do governo. Seu mandato ficou conhecido por medidas populares, como o congelamento de preços, da taxa de câmbio e o fim das privatizações. No entanto, essas medidas geraram uma grande crise econômica e por fim, Caldera fez um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), adquirindo empréstimos e aumentando a dívida externa, o que gerou o descontentamento dos movimentos sociais.

Em discurso no Congresso em 1992, deu legitimidade à tentativa de golpe de Hugo Chávez. Uma das primeiras atitudes do segundo governo de Rafael Caldera foi indultar Hugo Chávez e os participantes dos dois golpes de 1992. Eleito com apenas 30% dos votos, o governo de Rafael Caldera (1994-1999) teve grande dificuldade para executar seu programa de governo, que incluía reverter algumas privatizações do governo anterior. Sem conseguir angariar muitos apoios e constringido pela instabilidade econômica, Caldera re-pactua com a AD e retoma, com o nome de “Agenda Venezuela”, o programa de reformas de Carlos Andrés Pérez. (CARMO, 2007, p. 85)

3. A CHEGADA DA ESQUERDA AO PODER E O RISCO DA PERDA DA SOBERANIA

Diante dos fatores apresentados, a eleição de Hugo Chávez em 1998 se explica pela necessidade de mudanças que a população venezuelana exigia. Chávez chegou ao poder e instituiu reformas políticas e econômicas, dentre elas estavam a criação da República Bolivariana da Venezuela; a reeleição e aumento do mandato para seis anos; a lei de Terras, que pôs fim ao latifúndio; dentre outras. Muitas dessas mudanças ocorreram pela promulgação de uma nova Constituição, substituindo a de 1961, isso possibilitou a realização de reformas, que foram essenciais para reestruturação política do país.

Em comparação com a Constituição de 1961, a nova Carta ampliou e fortaleceu os poderes do presidente da república, que passou a ter um mandato de seis anos, com possibilidade de reeleição por um período adicional (na Constituição de 1961, o mandato era de cinco anos, sem reeleição). O chefe de Estado e de governo teria, portanto, um horizonte de poder de doze anos, em comparação com os cinco anos previstos anteriormente. (MOREIRA, 2018, p. 59)

Foi nesse contexto de medidas que visavam dirimir a desigualdade social no país, que Hugo Chávez foi perdendo apoio da classe média, da igreja e da imprensa, mas principalmente dos empresários e banqueiros. Com o cenário de opositores evidenciado, uma tentativa de golpe de estado ocorreu em 11 de abril de 2002 com participação de altos representantes da marinha e do exército. O golpe falhou, no entanto, os Estados Unidos e Espanha chegaram a reconhecer o governo golpista de Pedro Carmona. Já os países latino-americanos condenaram a tentativa de golpe, além disso, a Venezuela estreitou relações com Cuba, Iraque e Líbia, o que provocou irritação nos governos colombiano e estadunidense.

Chávez, cujo mandato de presidente da República foi ampliado para 6 anos e confirmado através de novas eleições realizadas em 2000, modificou não apenas as diretrizes econômicas como reorientou a política exterior da Venezuela, estreitando relações com Cuba, com a qual firmou um acordo para a venda de 53.000 barris diários de petróleo a preços de mercado, bem como com o Iraque e a Líbia, vistos como inimigos dos EUA. (BANDEIRA, 2003, p. 1-2)

No mesmo ano que Hugo Chávez foi eleito, assumiu a presidência da Colômbia o membro do Partido Conservador Colombiano, Andrés Pastrana. A Colômbia vivia tempos dolorosos por conta da atuação de diversos grupos organizados de tráfico de drogas que levou a uma violência assustadora e provocou debates políticos sobre a solução desse problema que assolava o país, no entanto, o que mais preocupava o governo e a opinião pública era o grupo de inspiração comunista, Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo (FARC). Pastrana pretendia dialogar com os líderes das FARC, mas envolvendo a abertura da mediação para a comunidade internacional e os Estados Unidos.

A aproximação tentada por Pastrana durante sua campanha eleitoral com membros do Secretariado das Farcs objetivava retomar as conversações de pacificação rompidas durante o governo Gaviria a partir das incursões armadas do exército nacional na região de Uribe-Meta. O resultado dos primeiros encontros permitiu que, no final de 1998, ambas as partes, governo e guerrilha, definissem um local de encontro para conversação em uma área logo denominada de “zona de despejo”, na região de Meta, sem a presença do exército nacional e da polícia. (VILLA, 2005b, p. 1)

De fato, a tentativa de diálogo foi um passo importante no estabelecimento da paz na região, mas a forma como se tentou introduzir essas conversações se evidenciou como ineficaz em diversos aspectos. Alguns consideram que essa falha ocorreu por conta da retórica que o governo Pastrana e Washington utilizaram para tratar as FARC, considerando-a como organização criminosa e indigna de figurar como campo político vigente na Colômbia, mas atrelado a isso houve também um fracasso na recuperação econômica, o que fez com que as FARC ganhassem ainda mais força nesse período.

No nível doméstico, não obteve tanto sucesso, em parte devido ao fracasso do processo de pacificação interna junto aos grupos guerrilheiros, sobretudo as Farcs (às quais, inclusive,

chegou a conceder uma zona desmilitarizada equivalente a 40% do território nacional). (VILLA, 2005b, p. 1)

Esse período relatado é importante para se entender o risco que a Venezuela vivia pela ameaça que o plano político-econômico colombiano se propunha, pois é nessa conjuntura que o Plano Colômbia foi criado. Com a prerrogativa de uma possível luta contra o narcotráfico, o governo colombiano cedeu parte de seu território para o exército estadunidense agir na região, colocando não apenas a soberania do estado colombiano à prova, mas abrindo espaço para possíveis ataques e violações da soberania nos países vizinhos.

O Plano Colômbia destinava-se a ser um “plano para a paz, prosperidade e fortalecimento do Estado”, destinando cerca de 76% de seus recursos provenientes de crédito externo ao investimento social, e o restante direcionado ao combate ao narcotráfico como uma das prioridades do governo. Inicialmente, a iniciativa norte-americana foi projetada como um mecanismo militar de combate à produção e ao tráfico de drogas ilegais na Colômbia e em outros países da região andina. (VILLA 2005b, p. 1)

Por conta do fracasso nas negociações com as FARC, Álvaro Uribe foi eleito em 2002 com um discurso de oposição à Pastrana, no entanto, Uribe era ainda mais conservador que seu antecessor e a aproximação com as FARC foi interrompida. A real aproximação que ocorreu no período foi com o plano de dominação andina orquestrado pelos Estados Unidos e o governo de George Bush.

O Plano Colômbia se colocou como um investimento em programas sociais e combate ao narcotráfico, mas estava travestido, pois se tratava de um mecanismo militar para interesses políticos e ideológicos na região andina. A eleição de Hugo Chávez e o fracasso no golpe de 2002 levava ainda mais desconfianças sobre a real intenção estadunidense no combate às drogas e à pacificação da região. Entretanto, o discurso midiático e a pressão dos grandes empresários transformaram a Colômbia numa área militar anti-Venezuela, inclusive fornecendo equipamentos de segurança e treinamento militar ao exército colombiano.

O processo de paz, a economia, o desenvolvimento social e a luta contra o narcotráfico foram algumas das razões que motivaram a confecção do Plano. Porém, vale ressaltar que, apesar de o Plano ter sido apresentado pelo chefe de Estado colombiano, os Estados Unidos interferiram na elaboração do mesmo. (OLIVEIRA, 2010, p. 15)

Quando o Plano Colômbia se consolidou e as tropas estadunidenses já estavam presentes dentro de seu território, as zonas de ocupação se encontravam em lugares estratégicos e fizeram com que as FARC se deslocassem para próximo da fronteira com a Venezuela.

O aprofundamento do Plano Colômbia e de sua vertente militar sob o governo Uribe deslocou as guerrilhas para as zonas de fronteira e os spillovers decorrentes seriam uma realidade que traria instabilidade para diferentes vizinhos deste país. (CALDERÓN, 2013, p. 1)

Esses deslocamentos de grupos de guerrilheiros e traficantes para a fronteira da Colômbia e Venezuela levaram um status violento a essas localidades, pois a sobrevivência dos narcotraficantes e membros das FARC depende em grande proporção do contrabando de drogas e tráfico de armas. A guerra por território muitas vezes transpassa a fronteira e o narcotráfico apenas ganha mais força pela falta de diálogo do governo colombiano com esses grupos, mas também há que se recordar que existe financiamento de campanhas políticas em ambos os países por esses grupos.

Os Departamentos colombianos fronteiriços com a Venezuela constituem um palco de atuação de paramilitares, guerrilheiros e narcotraficantes, envolvidos em atividades como o contrabando de gasolina e outras mercadorias, o tráfico de armas e a produção e comércio de drogas. Esses grupos protagonizam disputas por territórios, por domínio de zonas de cultivo de coca e de produção de cocaína, pelo controle de rotas dos tráficos de drogas e de armas, combustíveis e outros. Seja qual for o tipo de confrontação, as consequências sobre as populações locais são recorrentes, com inúmeras violações de direitos humanos e deslocamentos forçados de populações. (SANTOS, 2010, p. 30-31)

As atuações do governo Chávez e Uribe eram completamente distintas quanto ao tratamento contra o narcotráfico e guerrilha. A Venezuela sempre divergiu da estratégia colombiana de militarizar o país com tropas estadunidenses, pois o resultado seria o aumento da criminalidade e o deslocamento da população vulnerável dessas localidades, acarretando o aumento da pobreza para essas populações. A Colômbia sempre acusou a Venezuela de ser uma parceira das FARC e fomentar a presença desse grupo em seu território, além de criticar a falta de apoio do governo venezuelano para com os Estados Unidos, já que na visão colombiana essa seria a única maneira de acabar com o narcotráfico na região. É evidente que a Venezuela, tanto nos governos Chávez quanto no governo de Nicolás Maduro jamais aceitariam tal proposta de alinhamento aos Estados Unidos, e nem a nova constituição permitiria essa aproximação, pois a estrutura fundiária do país está contrária ao viés estadunidense. Em decorrência dessas discordâncias, houve vários conflitos fronteiriços entre os países que resultaram na discussão da perda da soberania territorial.

Um ocorreu em março de 2008, quando a Força Aérea colombiana bombardeou um acampamento das FARC em território equatoriano e exibiu dados supostamente retirados dos computadores do executado Raúl Reyes, o “número 2” da guerrilha, evidenciando supostos vínculos entre a Venezuela e o grupo armado. Outro episódio ocorreu em julho de 2009, após o governo colombiano denunciar um suposto desvio de armas venezuelanas, compradas da Suécia em 1998, para as FARC. O episódio mais recente envolvendo os dois países ocorreu em julho de 2010, quando o governo de Álvaro Uribe, em fim de mandato, apresentou denúncias a OEA, exibindo fotos, vídeos e testemunhos, de que as FARC e o ELN mantêm algo em torno de 20 a 39 acampamentos com aproximadamente 1500 guerrilheiros dentro do território venezuelano. A resposta do governo venezuelano foi a ruptura das relações diplomáticas com a Colômbia. (SANTOS, 2010, p. 32)

O interesse estadunidense na economia venezuelana pode explicar a aproximação militar na região. As seguidas sanções econômicas estabelecidas pelo governo dos Estados Unidos à Venezuela

têm revelado um desejo de intervenção no país. Isso não seria novidade, já que países como Iraque e Afeganistão já foram invadidos pelo exército estadunidense. A soberania desses países foi violada a partir de uma estratégia do governo de George Bush para justificar essas empreitadas. O conceito de estados falidos, fracos e colapsados explicam a necessidade de uma intervenção no âmbito internacional, pois se trataria de países passíveis de ingerência. Mais especificamente, a tentativa do governo dos Estados Unidos seria enquadrar a Venezuela num status de Estado fraco, uma vez que seria uma zona de conflitos entre guerrilhas e com alta taxa de violência. No entanto, essa definição é passível de qualquer interpretação injustificada, que transformaria o país numa área de controle estadunidense, o que acarretaria num domínio do comércio petrolífero.

No espectro de falência, existem três diferentes níveis de Estado, o fraco, o falido e o colapsado. Estados fracos geralmente são a casa de conflitos entre facções, que ainda não estão em sua fase violenta extrema; índices de crimes urbanos são altos. (SIQUEIRA, 2019, p. 21)

Outro fator que pode ser considerado é uma nova ordem internacional de intervenção, que surgiu após o fim da União Soviética. Numa justificativa de um possível ataque terrorista, combate ao narcotráfico e ao comércio de armas, um ataque prévio se justificaria por se tratar de uma conjuntura de autodefesa e não de violação da soberania. Trata-se de um discurso abusivo e que não respeita os tratados e acordos internacionais, que se sustenta por conta do discurso da paz democrática. O conceito de segurança ficaria à mercê de fatores como os conflitos interestatais, desmatamentos, epidemias e pobreza extrema, o que deixaria a Venezuela como um possível alvo de desrespeito à sua soberania territorial. Para corroborar com o argumento estadunidense, Fukuyama relata o seguinte excerto:

Weak governance undermines the principle of sovereignty on which the post-Westphalian international order has been built. It does so because the problems that weak states generate for themselves and for others vastly increase the likelihood that someone else in the international system will seek to intervene in their affairs against their wishes to forcibly fix the problem. (FUKUYAMA, 2014, p. 96)

4. ELEIÇÃO DE NICOLÁS MADURO E A CONJUNTURA ATUAL

A chegada de Nicolás Maduro ao poder em 2013 não mudou o viés político do país, já que Maduro era vice-presidente de Hugo Chávez e seu grande aliado. As eleições de Chávez e Maduro ocorreram por meio do voto em eleições livres e democráticas, no entanto, a reeleição de Maduro em 2018 é altamente contestada pela oposição e pela comunidade internacional, apesar de não haver provas contundentes dos fatos.

O autor deste artigo esteve na Venezuela em dezembro de 2018, onde cruzou todo o país de ônibus, de Santa Elena de Uiarén até Caracas e de Caracas até Guarero, para posteriormente atravessar a fronteira com a Colômbia. Em conversas com a população, em sua grande maioria de classe baixa, a percepção era de que o apoio à reeleição de Maduro era baixíssimo, no entanto, não havia um apoio

maciço aos candidatos da oposição, que eram vistos como políticos profissionais e sem interesse em governar para a população mais pobre. Com esse parâmetro pessoal, é presumível que houvesse interferência no resultado da eleição.

Curiosamente, o maior entrave para a aceitação do governo de Maduro era a presença constante da Guardia Nacional, um dos braços da Força Armada Nacional Bolivariana. As insistentes *blitzen* no cotidiano do povo venezuelano e os diversos casos de corrupção e violência por parte da Guardia fizeram com que a população se voltasse contra o governo, já que com Chávez e Maduro, o país ficou ainda mais militarizado e dependente do apoio das classes militares para o prosseguimento do mandato.

Em janeiro de 2019, Juan Guaidó se declarou presidente da Venezuela por ser presidente da Assembleia Nacional, mas em janeiro de 2019, o Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela invalidou a declaração. Apesar disso, Estados Unidos, Colômbia, Brasil e diversos países do mundo reconhecem Guaidó como presidente da Venezuela, violando a soberania popular do país.

No dia 3 de maio de 2020, a Venezuela declarou que interceptou uma tentativa de mercenários invadirem o país para tentarem um golpe contra Maduro. O governo venezuelano alegou que os Estados Unidos estavam envolvidos no plano e que um dos presos era um ex-militar das Forças Armadas Americana, Jordan Goudrou; um outro membro dos mercenários seria o narcoterrorista Roberto Colina, que morreu no confronto e era apoiador de Juan Guaidó. A interceptação teria ocorrido no mar, onde embarcações teriam sido abordadas gerando um confronto armado, que culminou na morte de oito invasores e a prisão de outros dezesseis. A ação foi denominada pelos presos como Operação Gedeón.

No dia 3 de maio de 2020, cinquenta homens embarcaram em dois barcos na Colômbia. Mas antes de chegarem à costa de Macuto na Venezuela, o grupo foi interceptado pelas forças de segurança do país. No mesmo dia, o ministro do interior venezuelano Nestor Reverol confirmou uma tentativa de invasão por homens em lanchas de alta-velocidade no norte do estado de La Guaira. Na operação oito militantes foram mortos e dois capturados. Um dos detidos, o estadunidense Luke Denman, entregou o objetivo do plano: chegar ao aeroporto internacional Simón Bolívar em Maiquetia, perto da capital Caracas, e controlá-lo até Maduro ser enviado aos Estados Unidos. O governo da Venezuela disse que o grupo fez uma incursão marinha feita por mercenários terroristas através da Colômbia. Na televisão foi mostrado a captura das armas, documentos peruanos e uniformes com a bandeira dos Estados Unidos. Ao total foram 34 detidos envolvidos na operação, incluindo dois estadunidenses. (MOURA, 2020, p. 464-465)

Dias depois, militares venezuelanos encontraram três embarcações à deriva no rio Orinoco. Os barcos estariam equipados com metralhadoras e munições, mas a embarcação abandonada teria sido levada pelas correntes fluviais. Além disso, o governo venezuelano transmitiu um vídeo pela televisão estatal, em que um ex-soldado estadunidense confessou que foi enviado para treinar soldados venezuelanos para ocupar o aeroporto de Caracas e capturar Maduro.

In a statement, the defence ministry said the boats were equipped with machine guns and ammunition, but had no crew, adding they were discovered as part of a nationwide operation to guarantee Venezuela's "freedom and sovereignty". On Wednesday, Venezuelan state television broadcast an interrogation video of a former US soldier, in which he said a Florida security firm had hired him to train dissident Venezuelan troops in Colombia for an operation to seize control of Caracas' airport and capture Maduro. (VENEZUELA..., 2020)

A Venezuela não tem ficado calada em relação às tentativas de violações de sua soberania. Entre maio e junho de 2020, houve um grande fluxo de militares estadunidenses adentrando o território colombiano. Algumas fontes relatam até 800 deles, mas o governo de Donald Trump e de Iván Duque Márquez reiteraram que esses soldados estão na Colômbia apenas para o combate ao narcotráfico, no entanto, a probabilidade de um cerco à Venezuela é a hipótese mais provável para essa nova empreitada militar no país.

The exact number of US military personnel in the country is uncertain, which further raises suspicions about the case. Some sources say there are more than 800 Americans, while others say they are between 50 and 60 military personnel. According to American diplomats, military personnel are arriving in Colombia to carry out joint operations to combat drug trafficking. Apparently, these operations would aim to carry out a siege against Venezuela and Nicolás Maduro, who, according to Donald Trump, has links with drug trafficking in the region. (LEIROZ, 2020)

A Venezuela tem angariado apoio de países como Rússia e China na salvaguarda de sua soberania. As críticas do governo russo se dão pela militarização do país vizinho, a Colômbia, que seria uma via alternativa para um atentado ao governo de Maduro. A Rússia argumenta que o diálogo deve prevalecer entre o governo venezuelano e a oposição e que os ataques apenas aumentam o conflito na região.

A desavergonhada política de Washington, que aponta para a criação anticonstitucional de estruturas governamentais alternativas da Venezuela, é um atentado aberto contra a soberania venezuelana, afirmou o Ministério das Relações Exteriores da Rússia em comunicado. (RÚSSIA..., 2020)

Em agosto de 2020, em uma conversa de Maduro com o ministro da cultura, foi proposta a compra de mísseis do Irã por conta da alta tecnologia militar do país. Ivan Duque, presidente da Colômbia, acusou a Venezuela de ter comprado esses mísseis, mas o Irã negou. Juan Guaidó também acusou o Irã de enviar mísseis à Venezuela via embarcações. Curiosamente o governo venezuelano não negou o fato, o que estaria evidenciado uma estratégia de demonstração de seu poderio armamentista.

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, afirmou durante uma entrevista com o ministro de Cultura, Ernesto Villegas, que seria uma "boa ideia" avaliar a tecnologia militar do Irã para defender o país de ameaças imperialistas. O assunto foi debatido depois da polêmica difundida pelo presidente colombiano, Iván Duque, de que o governo bolivariano teria

comprado mísseis de médio e longo alcance do Irã para dotar o Exército de Libertação Nacional (ELN), guerrilha colombiana. (MELLO, 2020)

5. CONCLUSÃO

Os interesses estadunidenses na dominação da região andina e a riqueza em petróleo e recursos naturais que a Venezuela obtém transformou a Colômbia numa zona militar ocupada pelo exército dos Estados Unidos. Esse estratagema de um discurso de combate ao narcotráfico e às guerrilhas que trariam violência para a região, somente leva ao aumento do conflito e às ondas migratórias, tão criticadas pela imprensa e pela comunidade internacional.

A falta de diálogo com os grupos guerrilheiros por parte dos governos da Colômbia e Estados Unidos corrobora com um afastamento do processo de paz, que seguramente traria a diminuição ou o fim dos conflitos na região. Esse processo apenas escancara o objetivo espúrio de golpe de estado perpetrado pelos Estados Unidos e coloca os tratados internacionais em segundo plano por conta de uma estratégia de controle econômico e lucro expressivo dos grandes empresários sem qualquer preocupação com a diminuição da extrema pobreza da população venezuelana e colombiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Os EUA e a crise na Venezuela. *Revista Espaço Acadêmico*, Marília, v. 2, n. 20, p. 1-14, 2003.
- BATALLA, Isabel Clemente; FERRO, Lilia. *El golpe de Estado en Venezuela de abril de 2002 y su proyección internacional*. Montevideo: Facultad de Ciencias Sociales, p. 3-4, 2004.
- CALDERÓN, Emilse. As implicações teórico-práticas da externalização da segurança interna: o caso dos países sul-americanos fronteiriços da Colômbia. *Relações Internacionais*, Curitiba, n. 40, p. 51-66, 2013.
- CARMO, Corival Alves. *Confrontando o subdesenvolvimento e a dependência: a Venezuela de Hugo Chávez*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
- CARRILLO, Claudia. El Caracazo: exhumación y lucha por la búsqueda de la justicia. In: PÉRES-SALES, Pau, GARCÍA, Susana Navarro (org.). *Resistencias contra el olvido: Trabajo psicosocial en procesos de exhumaciones*. Barcelona: Gedisa, 2007.
- RÚSSIA acusa EUA de atentar contra soberania da Venezuela. *Exame*, São Paulo, 11 jan. 2019.
- FUKUYAMA, Francis. *State-building: governance and world order in the 21st century*. Ithaca: Cornell University Press. 2014.
- LEIROZ, Lucas. Us plans to invade Venezuela through Colombia. *Brics Information Portal*.
- MELLO, Michelle de. Maduro afirmou que seria ‘boa ideia’ para defesa da Venezuela comprar mísseis do Irã. *Brasil de Fato*. São Paulo, 24 ago. 2020.
- MOREIRA, Gabriel Boff. *A política regional da Venezuela entre 1999 e 2012: petróleo, integração e relações com o Brasil*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.
- MOURA, Maria Paula Baêso. Operação Gedeón: o uso de companhias militares privadas na Venezuela. *REBELA – Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*. Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 464-465, 2020.
- OLIVEIRA, Santos Alexandre Hamilton; ARRUDA, Portilho Maria Andreia. Segurança Internacional, Narcotráfico e Cooperação: O Acordo Bilateral entre EUA e Colômbia. *Asociación Latinoamericana de Ciencia Política*, Buenos Aires, n. 5, p. 15, 2010.
- RIVERA, Diana Marcela; CRUZ, Atehortúa León Adolfo. Venezuela antes de Chávez: auge y derrumbe del sistema de ‘punto fijo’. *Universidad Nacional de Colombia*, Bogotá, n. 32, p. 255, 2005.
- SANTOS, Marcelo. Colômbia: o conflito interno e as fronteiras com o Equador e a Venezuela. *Meridiano 47*, Brasília, v. 11, n. 122, p. 30-31, 2010.
- SIQUEIRA, Amanda Poton Cavati de Siqueira. *Uma Análise Crítica da Teoria de Estados Falidos*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

VENEZUELA seizes empty colombian combat boats days after failed invasion plot. *The Guardian*, London, 10 maio. 2020.

VILLA, Rafael Duarte. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 19, p. 156-157, 2005a.

VILLA, Rafael Duarte, OSTOS, Maria del Pilar. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 48, n. 2, p. 1-25, 2005b.